

## CAMINHOS PERCORRIDOS PELA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: O PRESCRITO E O VIVIDO

Joilson Silva de SOUSA<sup>1</sup>

Alanderson Maxson Ferreira do NASCIMENTO<sup>2</sup>

Avelino Aldo de LIMA NETO<sup>3</sup>

310

O livro organizado por Antônia de Abreu Sousa e Elenice Gomes de Oliveira é uma coletânea de textos com contribuições teórico-empíricas de integrantes do Núcleo de Pesquisas em Educação Profissional (NUPEP) da Universidade Federal do Ceará e demais pesquisadores de instituições de ensino da Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica.

O campo conceitual do Trabalho e da Educação, já tradicional do ponto de vista epistemológico, constituindo-se inclusive em Grupo de Trabalho da ANPED (GT-09), tem papel central no desenvolvimento dos escritos. Para além dessa influência primeira, notam-se nos textos as reverberações ligadas a fatores sociais, pedagógicos e financeiros, especificamente às propostas governamentais de formação dos jovens discentes do ensino médio (enquanto etapa da Educação Básica) e a integração entre a formação geral e a formação profissional.

A obra resenhada, possui oito capítulos de análises temáticas como a reestruturação produtiva, novos paradigmas de qualificação para o trabalho, a educação profissional, as influências de organismos internacionais como o Banco Mundial, a Teoria do Capital Humano, bem como as mudanças no Ensino Médio de Nível Técnico.

No primeiro capítulo, intitulado *Empregabilidade, Competências e Desqualificação dos Trabalhadores: a dança das palavras sobre o solo real das Transformações produtivas*, Enéas Neto apresenta, a partir de uma vertente historiográfica alinhada à teoria de análise de

---

<sup>1</sup> Doutorando em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação Profissional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. Professor Auxiliar do Departamento de Educação da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN no Campus Avançado de Assu-RN. E-mail: joilsondesousa@hotmail.com

<sup>2</sup> Mestrando do Programa de Pós Graduação em Educação Profissional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte/IFRN. Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano. Licenciado e Bacharelado em Música pela Escola de Música da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (EMUFRN). E-mail: alandersonclarinetista@gmail.com

<sup>3</sup> Doutor em Educação pela Université Paul Valéry - Montpellier III e pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, mestre em Filosofia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte e licenciado em Filosofia pelo Instituto Salesiano de Filosofia. Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte e dos Programas de Pós-Graduação em Educação Profissional (PPGEP/IFRN) e em Educação (PPGED/UFRN). E-mail: ave.neto@hotmail.com

materialismo histórico-dialético, os debates dos últimos vinte anos sobre as transformações dos modelos de produção, as novas formas de organização do trabalho e as reverberações no âmbito social causadas pela tecnologia. O autor argumenta sobre o fato de o mundo ter “ingerido” formas de expressão oriundas dos EUA e da Europa, o que parece ter levado o modelo político do Estado de bem-estar social à falência. Isso ocorreu devido ao neoliberalismo e ao movimento cultural do pós-modernismo, denominado pelo autor de “novo paradigma social”.

Tais influências vêm ganhando espaço no cenário político graças à sua roupagem “pseudoprogressista”, permitindo-lhes encontrar espaços em campos do conhecimento voltados para o estudo do trabalho e da educação. Por trazer no texto uma enorme erudição na escrita científica, é necessária uma leitura atenta, sobretudo no que concerne à argumentação acerca da globalização. Nessa ótica, a reestruturação produtiva, o avanço neoliberal e a globalização são fatores determinantes para a manutenção do capital e influenciam a educação que “[...] é acenada como ferramenta dessas batalhas de uma guerra globalizada” (p. 33). No interior dessa esfera econômica a educação é utilizada como projeto de desenvolvimento do capital onde a qualificação e a desqualificação profissional operam enquanto parâmetros para a empregabilidade no panorama tecnológico atual.

No segundo capítulo, intitulado *Do Modelo Fordista às Teorias da Reestruturação Produtiva: os impactos sobre a cidadania e a formação humana*, Josania Portela enfatiza o conceito de “cidadania social”. Partindo, inicialmente, dos pressupostos liberais ancorados nas ideias de Marshall (1967), ela estabelece que o conceito de cidadania é composto através de três direitos, a saber: civis, políticos e sociais. Eles facultam aos sujeitos serem “qualificados como cidadãos do Estado” (p. 43). A autora descreve ainda, a classe social como um dos desafios para o desenvolvimento da cidadania, o que é enfatizado no âmbito científico pelos dados da desigualdade social.

No cerne do artigo, a autora assevera que o modelo fordista possibilitou a cidadania social, no qual a profissionalização da força de trabalho alinhou-se a essa ideia de que no capitalismo, a educação escolar é utilizada como forma de contenção dos problemas sociais, e que após a Segunda Revolução Industrial a escolarização é fator preponderante na qualificação dos trabalhadores. Nessa ótica, apresenta-se a Teoria do Capital Humano, elaborada sistematicamente na década de 1950 e que segue atuante durante o predomínio do modelo

taylorista-fordista de produção até o início da década de 1970, quando este entra em saturação e uma nova fase de sociabilidade estabelece a reestruturação produtiva.

A autora sistematiza a ideia de que a teoria anteriormente mencionada ganha uma nova forma, “revitalizada”, a partir dos trabalhos de Gary Becker. Prêmio Nobel de Economia, esse estudioso buscou explicar e justificar as diferenças salariais dos trabalhadores ao enfatizar que a formação destes últimos (em maior grau) aumentaria a produtividade. Sendo assim, o indivíduo deve investir em seu “capital pessoal”, na sua autoformação.

No terceiro capítulo, cujo título é *O Novo Paradigma Técnico-Produtivo e a Qualificação do Trabalhador*, de autoria de Francisca das Chagas Silva Lima, busca-se compreender a educação profissional na ótica do vínculo entre trabalho e educação. As relações sociais provenientes do capitalismo contemporâneo são o campo do estudo da autora, que estabelece como referenciais o universo laboral e as demandas educativas que deste resultam. Para ela, as novas formas de organização do trabalho, as mudanças de mercado e o advento da microeletrônica (informatização), tornam possíveis uma valorização da qualificação dos trabalhadores. Nesse sentido, a educação profissional tem papel decisivo. Ressalta, igualmente, que a produtividade no novo padrão tecnológico e organizacional tem gerado redução do tempo de trabalho e conseqüentemente a expulsão de grande parte da classe trabalhadora do mercado.

Nessa direção, a autora destaca o papel da qualificação profissional e enfatiza que, no contexto do atual modelo capitalista de produção, uma determinada formação tem não apenas valor de requisito para ocupar uma função, mas sobretudo, valor que a mercadoria assume. Postulamos que a autora poderia ter enfatizado como se gestou e desenvolveu essa nova demanda da classe trabalhadora não apenas no cenário global, mas sobretudo no Brasil.

No quarto capítulo, nomeado de *Novos Caminhos na Educação Profissional Brasileira?*, Elenice Gomes de Oliveira aponta o processo político desencadeador de mudanças na Educação Profissional, tanto ao Projeto de Lei nº 1.603, de 1997, de mudanças drásticas na gestão e financiamento da EP, como o Decreto nº 2.208, de 1997 do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, que de forma impositiva (via decreto), promoveu uma reforma na Educação Profissional, o que para a autora, se alinha com a proposta neoliberal de governo e o cenário global capitalista, que utiliza categorias como: competência, flexibilidade e empregabilidade.

Por fim, a autora sublinha que muitos movimentos foram capitaneados por entidades representativas como CUT, ANPED, ANFOPE, SINASEFE e outros, o que culminou com o

*Seminário Nacional de Educação Profissional*, promovido pelo Ministério da Educação no ano de 2003. Nesse evento, foi defendida a necessidade de revogação do Decreto nº 2.208, de 1997. Assim, em 2004, foi aprovado o Decreto nº 5.154, que revoga em parte o Decreto nº 2.208, de 1997. No entanto, para a autora, o Decreto de 2004 traz permanências e rupturas com a legislação anterior, mantendo bases para uma formação humana integral, sem perder o viés da educação produtivista.

*As recomendações do Banco Mundial para a educação profissional e o vigor da teoria do capital humano no contexto do neoliberalismo* é o título do quinto capítulo, de autoria de Antônia de Abreu Sousa. A pesquisadora discute o financiamento da educação profissional e sua relação com as políticas do Banco Mundial. Para tanto, inicia o capítulo revisitando a obra *O caminho da servidão*, de Friedrich Hayek, e referencia-o como um marco no surgimento do neoliberalismo, modelo de governabilidade que, como sabemos, tem como principal característica o combate à intervenção do Estado sobre a economia, cabendo ao mercado ser a instituição reguladora.

Segundo a autora, o Banco Mundial é o principal financiador de projetos no setor educacional no Brasil. Essa realidade interfere diretamente no campo das políticas educacionais, pois enquanto tomador de empréstimos o país precisa adotar as diretrizes impostas pela referida agência financiadora. Assim, se referindo às políticas para a educação do Banco Mundial, Antônia Sousa relata que, segundo o banco, a atuação do governo deveria se voltar para o incremento do nível fundamental de ensino, ficando as escolas profissionalizantes sob o gerenciamento do setor privado, pois teria uma relação intrínseca com o mercado de trabalho. Ela traz ainda pesquisas e estudos que consideram a educação dentro de um paradigma de função produtiva, orientadas pela já supracitada Teoria do Capital Humano (TCH). Essas pesquisas reforçam que o ensino fundamental apresenta “rentabilidade social mais elevada” e, assim, recomendam o investimento de gastos públicos nessa etapa educativa.

No tocante ao ensino profissionalizante, essa teoria postula que a separação da formação técnica da formação geral traria melhoras para a classe empresarial, já que esta última poderia ajustar a oferta de cursos às necessidades do mercado. Essas orientações foram percebidas no Brasil na década de 1990 com o Decreto nº 2.208, de 1997, que separou o ensino médio do técnico.

O sexto capítulo, assinado por Lélia Cristina Silveira de Moraes, tem como título *A formação profissional em nível técnico no contexto da política educacional dos anos 1990 – compreendendo os seus impactos a partir dos sujeitos que a vivenciam*. Nele, há uma análise dos resultados da política educacional para o ensino profissionalizante da década citada no título, destacando as contradições presentes na organização curricular dos novos cursos. O *locus* da pesquisa foi o Curso Técnico em Edificações oferecido pelo Centro Federal de Educação Tecnológica do Maranhão.

Ao discutir sobre as exigências de formação do trabalhador e a lógica de reconfiguração do capitalismo, Lélia afirma que as lógicas deste sistema no tocante à relação de trabalho como mais-valia, exploração e expropriação do saber do trabalhador propiciaram também uma reconfiguração na pedagogia de formação da classe operária, passando a oferecer nesta formação a capacidade de abstração, a polivalência, a flexibilidade, a criatividade e a participação. Ao trazer a voz dos sujeitos no tocante à reforma da Educação Profissional e as novas orientações curriculares para os cursos técnicos que estavam sob a égide do Decreto nº 2.208, de 1997, a autora mostra a visão dos jovens e das empresas.

Enquanto os jovens acreditavam que a profissionalização era uma possibilidade de ingresso no mercado de trabalho, as empresas atribuíam o desemprego ao despreparo da mão de obra. Segundo a investigadora, esse despreparo apontado pelos empregadores poderia ter uma relação com o currículo da formação profissional em vigência, que separava a formação técnica da cultura geral. Os alunos precisavam articular a formação recebida em uma determinada instituição (onde estavam matriculados no ensino regular) à outra (na qual cursavam o técnico). A autora defende que a integração possibilitada pelo Decreto nº 5.154, de 2004, foi um caminho para melhorar a formação, mas acredita que tal integração deve ser pensada em um contexto mais amplo, no qual sejam incorporadas, entre outras questões centrais, a concepção de conhecimento, a relação ciência e tecnologia, as condições objetivas de trabalho da escola, a infraestrutura pedagógica e administrativa, além da realidade socioeconômica e cultural dos alunos, tornando viva e explícita a função social da escola como mediadora da práxis social.

Tendo como autora Izaura Silva, o sétimo capítulo - *A reforma da Educação Profissional de Nível Técnico: uma análise da fase preliminar* - circunscreve-se enquanto pesquisa exploratória, realizada no Centro Federal de Educação Tecnológica do Maranhão –

Unidade descentralizada (UNED) de Imperatriz, entre os anos de 1998 e 1999. No manuscrito, a autora analisa as reformas vigentes no currículo da Educação Profissional, dividindo-as em duas etapas. Na primeira, acontece a aplicação do exposto no Decreto nº 2.208, de 1997 até 1999; na segunda, após a publicação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico (Parecer nº 16/99 e a Resolução CNE/CEB 04, de 1999), materializa-se a institucionalização do currículo implementado a partir do ano 2000.

Segundo a autora, essas mudanças aconteceram como forma de atender as transformações econômicas, políticas e sociais da década de 1990. Como parte importante dessas políticas educacionais, o Decreto nº 2.208, de 1997, cria o que Luís Antônio Cunha chamou de sistema paralelo de ensino. A partir desse decreto, tem início uma nova modalidade de curso intitulado pós-médio, que aumentava a duração do curso técnico de quatro para cinco anos, pois era necessário concluir os três anos do ensino médio e dar continuidade a uma formação técnica de dois anos. Conforme relata a autora, houve uma diminuição na procura pelos cursos técnicos e um aumento na evasão, pois os alunos não conseguiam realizar a concomitância dos cursos devido dentre outros fatores, a indisponibilidade de dois turnos livres para os estudos.

Izaura Silva sustenta que essa característica de proposta curricular não contribui para a formação integral do cidadão, tendo apenas a preocupação de suprir as necessidades do mercado de trabalho. A autora relata que a extinção do ensino integrado fez com que os alunos das escolas públicas perdessem a chance de cursar um ensino gratuito, de qualidade, que lhes propiciaria uma profissão valorizada no mercado de trabalho e a possibilidade de ingressar em uma universidade pública. Na finalização do capítulo, Izaura sublinha que esta primeira fase da reforma beneficiou o setor produtivo, pois ofereceu mão-de-obra barata, prejudicando, assim, a educação profissional do país e à classe trabalhadora.

O oitavo e último capítulo, intitulado *O Ensino Médio e a Formação do Trabalhador: competências para quem e para quê?*, tem como autores Maria José Pires Barros Cardoso e Enéas de Araújo Arrais Neto. Ao iniciar a discussão sobre o ensino médio e a formação do trabalhador, os autores asseveram que o projeto burguês procura educar o trabalhador de acordo com as necessidades de valorização do capital e da reprodução da força de trabalho como mercadoria.

Nessa perspectiva, os autores apresentam três enfoques às qualidades requeridas aos trabalhadores. O primeiro é a desqualificação progressiva, segundo a qual quanto maior é o desenvolvimento tecnológico, maior é a degradação da execução direta. O segundo sustenta que o desenvolvimento tecnológico leva ao predomínio de tarefas mais complexas, exigindo, assim, uma elevação da qualificação da força de trabalho. O terceiro, por fim, aponta para o caráter complexo e contraditório de mudanças na qualificação, para o movimento constante de desqualificação e qualificação.

Nesse cenário, os discursos empresarial e governamental sustentarão que compete à educação preparar os indivíduos para a empregabilidade, desenvolvendo as competências enfatizadas pelo mundo do trabalho. Nesse sentido, observa-se uma centralidade à Educação Básica no Brasil, que passa a ser vista como prioridade, uma vez que sem ela não seria possível a produção do saber necessário ao processo produtivo, ou seja, a preparação para a empregabilidade. Conforme os autores, esse fato é tratado na própria Lei nº 9.394, de 1996, que direciona a educação básica para a elaboração de competências cujo objetivo era a preparação básica para o trabalho.

Ressaltamos que essa obra colabora para a produção do conhecimento científico sobre a Educação Profissional. A leitura da obra é um convite interessante a professores das diversas licenciaturas, que nos cursos de graduação têm debates incipientes acerca da Educação Profissional. Também aos professores atuantes na Educação Profissional, mas não-licenciados, o material aqui resenhado se apresenta como de extrema relevância, posto que indica de maneira didática e aprofundada o conjunto de fenômenos que construiu a Educação Profissional como ela se encontra hoje. Esses bacharéis, agora docentes, podem, dessa maneira, se apropriar melhor da realidade educativa da qual fazem parte.

## Referência

SOUSA, Antônia de Abreu; OLIVEIRA, Elenice Gomes de. (Org.). *Educação Profissional: análise contextualizada*. Fortaleza: Edições UFC, 2014, 186 p.

Enviado: 29/02/2020

Aceito: 09/06/2020